



7090-237 VIANA DO ALENTEJO
TEL: 266 930 010 - FAX: 266 930 019

Município de Viana do Alentejo

EDITAL

REGULAMENTO MUNICIPAL DE AFIXAÇÃO E INSCRIÇÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS DE NATUREZA COMERCIAL NO MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO

--- Bernardino António Bengalinha Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo: -----

--- Torna público que, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária realizada no dia 27 de setembro de 2012, **aprovou o Regulamento Municipal de Afixação e Inscrição de Mensagens Publicitárias de Natureza Comercial no Município de Viana do Alentejo**, o qual se encontra em anexo a este edital como sua parte integrante.

--- **Este Regulamento entrará em vigor no dia 18 de outubro de 2012.** -----

--- E para os efeitos já antes referidos se publicou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos habituais. -----

Paços do Município de Viana do Alentejo, 2 de outubro de 2012

O Presidente da Câmara,

**Regulamento Municipal de Afixação e de Inscrição de Mensagens Publicitárias
de Natureza Comercial no Município de Viana do Alentejo**

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, diploma legal que simplifica o regime de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da denominada iniciativa “Licenciamento Zero”, determina uma alteração significativa ao modelo de controlo prévio em diversas áreas de intervenção municipal.

Importa, assim, proceder à adaptação/elaboração de vários regulamentos municipais.

O referido diploma legal introduz alterações ao regime de licenciamento de mensagens publicitárias constante na Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, designadamente elencando situações que passam a estar isentas de licenciamento ou de qualquer outro ato permissivo.

Por outro lado, prevê-se a necessidade dos Municípios procederem à definição de critérios que devem ser observados na afixação e inscrição de mensagens publicitárias não sujeitas a licenciamento.

Nos termos do disposto no artigo 3.º-A, da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na redação atual, foram incorporados no presente Regulamento os critérios definidos pela “EP – Estradas de Portugal, S.A.” e pela Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (REFER), para a colocação de mensagens publicitárias e respetivos suportes na proximidade da rede de estradas nacionais e regionais e na área sob jurisdição da entidade responsável pela rede ferroviária, respetivamente, abrangidas pelo n.º 3 do artigo 1.º da referida Lei.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e do estabelecido na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, no n.º 2 do artigo 1.º e no n.º 5 do artigo 3.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, a Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, em sua sessão ordinária de 27 de setembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária de 26 de setembro de 2012, deliberou aprovar o presente Regulamento Municipal de Afixação e de Inscrição de Mensagens Publicitárias de Natureza Comercial no Município de Viana do Alentejo.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento rege-se pelo disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, em conjunto com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de janeiro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, o n.º 2 do artigo 1.º e o n.º 5 do artigo 3.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril,

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 – O presente regulamento aplica-se a qualquer forma de comunicação feita no âmbito de uma atividade comercial, industrial, artesanal ou liberal, com o objetivo de promover o fornecimento, comercialização, consumo ou aquisição de bens e serviços, incluindo direitos e obrigações.

2 - O presente regulamento aplica-se a todos os suportes de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias.

3 – Também se considera publicidade qualquer forma de comunicação que vise promover ideias, princípios, iniciativas ou instituições, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo.

4 – Sem prejuízo das regras sobre a utilização do espaço público e do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, e do cumprimento das condicionantes constantes do presente Regulamento, não estão sujeitas a licenciamento a afixação e inscrição das seguintes mensagens publicitárias:

- a) As mensagens publicitárias de natureza comercial afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e não são visíveis ou audíveis a partir do espaço público;
- b) As mensagens publicitárias de natureza comercial afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e a mensagem publicita os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou está relacionada com bens ou serviços comercializados no prédio em que se situam, ainda que sejam visíveis ou audíveis a partir do espaço público;
- c) As mensagens publicitárias de natureza comercial que ocupam o espaço contíguo à fachada do estabelecimento e publicitam os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou estão relacionadas com bens ou serviços comercializados no estabelecimento;

- d) As mensagens publicitárias no próprio bem que anunciem a intenção de venda ou aluguer, mesmo que essa mensagem contenha a inscrição da empresa responsável pela venda ou arrendamento;
- e) As mensagens publicitárias colocadas em veículos de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e a mensagem publicita os sinais distintivos do comércio do respetivo estabelecimento ou do titular da exploração ou está relacionada com bens ou serviços comercializados pela entidade proprietária do veículo
- f) Os dizeres que resultem de imposição legal, nomeadamente as placas colocadas em execução do regime jurídico de urbanização e da edificação;
- g) Os anúncios de organismos públicos, de instituições de solidariedade social, de cooperativas e outras instituições sem fins lucrativos relativos às atividades que prosseguem;
- h) Os distintivos de qualquer natureza, destinados a informar o público de que, nos estabelecimentos onde se encontram apostos, se aceitam cartões de crédito ou outras formas de pagamento análogos;
- i) Os anúncios relativos a serviços de transportes coletivos públicos;
- j) Os anúncios destinados à identificação e localização de farmácias, de profissões médicas e paramédicas outros serviços de saúde, desde que especifiquem apenas os titulares, horário de funcionamento e, quando for caso disso, especializações;
- k) Placas ou chapas identificativas de profissionais liberais, desde que com a simples menção do nome e horas de expediente;
- l) As indicações de marca, preço ou qualidade, quando colocados em artigos à venda;
- m) A publicidade de espetáculos públicos com carácter cultural e autorizados pelas entidades competentes;
- n) As referências a patrocinadores de atividades promovidas pela Câmara Municipal;
- o) Os editais, notificações e demais formas de informação que se relacionem direta ou indiretamente, com o cumprimento de prescrições legais ou com a utilização de serviços públicos;
- p) A difusão de comunicados, notas oficiosas ou outros esclarecimentos sobre a atividade de órgãos de soberania e da administração central, regional ou local.

5 – Está excluída do âmbito de aplicação deste Regulamento a afixação ou inscrição de propaganda de natureza política.

6 - Salvo disposição legal em contrário, as entidades isentas do pagamento de taxas municipais estão sujeitas aos procedimentos previstos no presente Regulamento.

Artigo 3.º

Definições

1 – Para efeitos deste Regulamento, entende-se por:

a) Alpendre ou pala – elementos rígidos de proteção contra agentes climatéricos com, pelo menos, uma água, fixos aos paramentos das fachadas e aplicáveis a vãos de portas, janelas, montras de edifícios ou estabelecimentos comerciais, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;

b) Anúncio eletrónico – o sistema computadorizado de emissão de mensagens e imagens, com possibilidade de ligação a circuitos de TV e vídeo e similares;

c) Anúncio iluminado – o suporte publicitário sobre o qual se faça incidir intencionalmente uma fonte de luz;

d) Anúncio luminoso – o suporte publicitário que emita luz própria;

e) Área contígua/Espaço contíguo/junto à fachada do estabelecimento:

i) para efeitos de colocação/afixação de publicidade de natureza comercial, corresponde à área que, não excedendo a largura da fachada do estabelecimento, se estende até ao limite de 1m, medidos perpendicularmente à fachada do edifício;

ii) para efeitos de distribuição manual de publicidade pelo agente económico, corresponde à área que, não excedendo a largura da fachada do estabelecimento, se estende até ao limite de 2 m medidos perpendicularmente à fachada do edifício, ou, no caso do estabelecimento possuir esplanada, até aos limites da área ocupada pela mesma.

f) Atividade publicitária – o conjunto de operações relacionadas com a difusão de uma mensagem publicitária junto dos destinatários, bem como as relações jurídicas e técnicas daí emergentes entre anunciantes, agências de publicidade e entidades que explorem os suportes publicitários ou que exerçam a atividade publicitária;

g) Bandeirola – o suporte rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;

h) Bandeira - suporte publicitário flexível, que permanece oscilante e afixada num poste próprio ou estrutura idêntica, com dois pontos de fixação.

i) Blimp, balão, zeppelin, insuflável e semelhantes – todos os suportes que, para a sua exposição no ar, careçam de gás, podendo estabelecer-se a ligação ao solo por elementos de fixação;

j) Cartaz – toda a mensagem publicitária ou de propaganda inscrita em papel, tela ou plástico para fixação;

k) Cavalete - o suporte não luminoso colocado junto à entrada do estabelecimento ou afastado na área de proximidade, destinado à afixação de informação deste;

- l) Chapa – o suporte não luminoso aplicado ou pintado em paramento visível e liso, cuja maior dimensão não excede 0,60 m e a máxima saliência não excede 0,05 m;
- m) Espaço Público – área de acesso livre e de uso coletivo, por onde transitem livremente veículos e/ou peões;
- n) Letras soltas ou símbolos – a mensagem publicitária não luminosa, diretamente aplicada nas fachadas dos edifícios, nas montras, nas portas ou janelas;
- o) Mupi – tipo de mobiliário urbano destinado a publicidade, podendo em alguns casos conter também informação;
- p) Outdoor - o suporte constituído por moldura e respetiva estrutura fixada diretamente ao solo;
- q) Paineis – suporte constituído por moldura e respetiva estrutura fixado diretamente no solo;
- r) Painéis de azulejo - suporte publicitário, constituído por um conjunto de azulejos afixado numa base rígida amovível ou diretamente sobre a fachada, com ou sem moldura, com inscrição ou pintura de mensagens publicitárias;
- s) Pendão – o suporte não rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;
- t) Placa – o suporte não luminoso aplicado em paramento visível, com ou sem emolduramento, cuja maior dimensão não excede 1,50 m;
- u) Publicidade – qualquer forma de comunicação feita no âmbito de uma atividade comercial, industrial, artesanal ou liberal, com o objetivo de promover o fornecimento, comercialização, consumo ou aquisição de bens e serviços, incluindo direitos e obrigações;
- v) Publicidade direcional - o suporte único instalado junto às vias para a orientação dos acessos a variados estabelecimentos comerciais situados nas imediações daquela posição;
- w) Publicidade sonora – a atividade publicitária que utiliza o som como elemento de divulgação da mensagem publicitária;
- x) Unidades móveis publicitárias –veículos utilizados como suportes de mensagens publicitárias;
- y) Sanefa - o elemento vertical de proteção contra agentes climatéricos, feito de lona ou material similar, colocado transversalmente na parte inferior dos toldos, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;
- z) Suporte publicitário – o meio utilizado para a transmissão de uma mensagem publicitária;

aa) Tabuleta – o suporte não luminoso, afixado perpendicularmente às fachadas dos edifícios, que permite a afixação de mensagens publicitárias em ambas as faces;

ab) Tarja – suportes gráficos atravessando aereamente a via pública;

ac) Tela ou lona - suporte publicitário de grandes dimensões composto por material flexível aplicado em paramento visível, preferencialmente em empenas cegas;

ad) Toldo – o elemento de proteção contra agentes climatéricos, feito de lona ou material similar, rebatível, aplicável em qualquer tipo de vãos, como montras, janelas ou portas de estabelecimentos comerciais, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária.

2 – Todos os instrumentos ou objetos utilizados para transmitir mensagens publicitárias e que não se enquadrem nas definições constantes no número anterior, nomeadamente pela dimensão dos suportes utilizados, serão, para efeitos deste Regulamento, considerados outros suportes publicitários.

3 – As condições de colocação/instalação de toldos, sanefas, alpendres ou palas constam do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público no Município de Viana do Alentejo.

4 - A aplicação dos suportes referidos no número anterior só é permitida ao nível do rés-do-chão, podendo admitir-se a colocação/instalação a outro nível quando os mesmos não excedam os limites exteriores da fachada.

5 - A pretensão de colocação/instalação de toldos, sanefas, alpendres ou palas contendo mensagens publicitárias inscritas a partir da entrada em vigor do presente Regulamento fica interdita até à produção de efeitos do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público no Município de Viana do Alentejo.

Artigo 4.º

Princípios gerais de inscrição e afixação de publicidade

1 - Salvo se a mensagem publicitária se circunscrever à identificação da atividade exercida no imóvel ou daquele que a exerce, não é permitida afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em edifícios ou monumentos de interesse histórico, cultural, arquitetónico ou paisagístico designadamente:

- a) Os imóveis classificados ou em vias de classificação, nomeadamente os de interesse público, nacional ou municipal;
- b) Os imóveis contemplados com prémios de arquitetura.

2 – A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias não é permitida sempre que, por si só ou através dos meios ou suportes que utilizam, possa causar danos irreparáveis nos materiais de revestimento exterior dos edifícios e que os suportes utilizados prejudiquem o ambiente, afetem a estética ou a salubridade dos lugares ou causem danos a terceiros, nomeadamente quando se trate de:

a) Faixas de pano, plástico, papel ou outro material semelhante, atravessem a via pública;

b) Pintura, colagem ou afixação de cartazes ou afins, sem suporte, nas fachadas dos edifícios, nas faixas de rodagem, passeios, placas de identificação das localidades, sinais de trânsito, abrigos de passageiros, paredes, muros, vedações, tapumes, outros locais semelhantes, ou em outro mobiliário urbano;

c) Meios ou suportes que afetem a salubridade dos espaços públicos;

d) Suportes situados nos passeios, que excedam a frente do estabelecimento.

3 – A afixação ou a inscrição de mensagens publicitárias não pode prejudicar a segurança de pessoas e bens, designadamente:

a) Afetar a iluminação pública;

b) Prejudicar a visibilidade de placas toponímicas, semáforos e sinais de trânsito;

c) Afetar a circulação de peões, especialmente dos cidadãos com mobilidade reduzida.

4 – É proibido, em qualquer caso, a realização de inscrições ou pinturas murais em monumentos nacionais, edifícios religiosos, sedes de órgãos de soberania, de regiões autónomas ou de autarquias locais, tal como em sinais de trânsito, placas de sinalização rodoviária, interior de quaisquer repartições ou edifícios públicos e centros históricos como tal declarados ao abrigo da competente regulamentação urbanística.

5 – É proibida a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias em qualquer bem sem o consentimento dos proprietários, possuidores ou detentores dos mesmos.

6 – Não é permitida a publicidade que utilize panfletos ou meios semelhantes projetados ou lançados por meios terrestres ou aéreos.

7 – Sempre que a publicidade ocupe espaço público, sem prejuízo do cumprimento dos critérios e princípios definidos no respetivo Regulamento, em passeios e zonas de circulação pedonal, quando existam, deverá ser garantida a circulação pedonal mínima 1,50m.

Artigo 5.º

Restrições impostas pela segurança pública e pela circulação de pessoas e veículos

1 – Não é permitida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias sempre que as mesmas prejudiquem:

a) A segurança de pessoas ou bens, nomeadamente, em circulação rodoviária;

- b) A iluminação pública;
- c) A visibilidade de placas toponímicas, semáforos e sinais de trânsito;
- d) A circulação dos peões, especialmente dos deficientes;
- e) A circulação de veículos, em virtude de as inscrições, formatos ou cores utilizadas e a localização dos respetivos suportes poderem induzir em erro os condutores.

2 – Não é permitida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias sempre que estas se situem:

- a) A menos de 0,40 m em relação ao limite exterior do passeio, incluindo o lancil, nos casos em que o haja, podendo ser fixada uma distância superior sempre que o tráfego automóvel e ou a existência ou previsão de instalação de equipamento urbano o justifiquem;
- b) Em postes ou candeeiros de betão;
- c) Em equipamento pertencente ao explorador da rede elétrica;
- d) Em sinais de trânsito ou semáforos;
- e) Em ilhas ou corredores para peões ou para suporte de sinalização;
- f) A menos de 10 m do início ou do fim das placas centrais.

3 – As limitações referidas no número anterior, com exceção da prevista na alínea d), podem não ser respeitadas sempre que daí não resulte perigo ou prejuízo para o trânsito.

4 – Quando não exista passeio não tem de ser respeitado o disposto na alínea a) do n.º 2 do presente artigo, não podendo, no entanto, serem afixadas ou inscritas mensagens publicitárias sempre que prejudique a segurança e a circulação rodoviária e dos peões.

Artigo 6.º

Publicidade nas vias municipais

1 – A publicidade a afixar nas imediações das vias municipais fora das áreas urbanas deve obedecer, sem prejuízo das demais restrições aplicáveis constantes do presente Regulamento, aos seguintes condicionamentos:

- a) Nas estradas municipais, a publicidade deve ser colocada a uma distância mínima de 5 m do limite exterior da faixa de rodagem;
- b) Nos caminhos municipais, a publicidade deve ser colocada a uma distância mínima de 5 m do limite exterior da faixa de rodagem;

c) Em caso de proximidade de cruzamento ou entroncamento com outras vias de comunicação, a publicidade deve ser colocada a uma distância mínima de 5 m do limite exterior da faixa de rodagem.

2 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, os condicionamentos previstos nas alíneas do n.º 1 do presente artigo não são aplicáveis aos meios de publicidade:

a) De interesse cultural ou turístico;

b) Que se destinem a identificar edifícios ou estabelecimentos, públicos ou particulares, desde que tal publicidade seja afixada ou inscrita nesses mesmos edifícios ou estabelecimentos.

3 – Sem prejuízo das demais restrições aplicáveis constantes do presente Regulamento e no n.º 1 do presente artigo, é proibida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias nas rotundas, quer dentro quer fora das áreas urbanas, com exceção dos meios de publicidade que se destinem a identificar estabelecimentos, públicos ou particulares, desde que tal publicidade seja afixada ou inscrita nesses mesmos edifícios ou estabelecimentos.

Artigo 7.º

Condições e restrições de difusão de mensagens publicitárias sonoras

1 - A publicidade sonora deve respeitar os limites impostos pela legislação aplicável a atividades ruidosas.

2 - É permitida a difusão de mensagens publicitárias sonoras de natureza comercial que possam ser ouvidas dentro dos respetivos estabelecimentos ou na via pública, cujo objetivo imediato seja atrair, reter ou proporcionar distrações ao público.

3 - A difusão sonora de mensagens publicitárias de natureza comercial apenas pode ocorrer:

a) No período compreendido entre as 9 e as 20 horas;

b) A uma distância mínima de 300 m de edifícios escolares, durante o seu horário de funcionamento, de hospitais, cemitérios e locais de culto.

Artigo 8.º

Ortografia

1 – As mensagens publicitárias devem ser escritas, de preferência, em língua portuguesa, devendo os termos estrangeiros, sempre que possível, ser precedidos de tradução para português.

2 – A inclusão de palavras e expressões estrangeiras poderá ser utilizada nas seguintes situações:

- a) Quando se trate de marcas registradas ou denominações de firmas;
- b) Quando se trate de nomes de figurantes ou de títulos de espetáculos cinematográficos, teatrais, de variedades ou desportivos

CAPÍTULO II

Licenciamento

Artigo 9.º

Requerimento inicial

- 1 – O pedido de licenciamento deve ser formulado por requerimento escrito dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.
- 2 – O requerimento inicial tem de dar entrada com, pelo menos, 30 dias de antecedência relativamente ao início do período durante o qual se pretende afixar, inscrever ou difundir a mensagem publicitária.

Artigo 10.º

Licenciamento cumulativo

- 1 – O licenciamento para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias através de meios ou suporte que, por si só, exijam procedimento de controlo prévio de obras de edificação deve ser requerido, cumulativamente, nos termos da legislação em vigor.
- 2 – Quando a publicidade aprovada implique obras em passeios ou outros espaços públicos, é da responsabilidade do titular da licença a reposição dos mesmos no estado anterior à colocação dos meios ou suportes publicitários.
- 3 – Os restantes meios ou suportes, cujo fim principal seja a publicidade, estão apenas sujeitos a licenciamento para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias.

Artigo 11.º

Elementos obrigatórios

- 1 – O requerimento deve conter obrigatoriamente:
 - a) O nome ou designação, número de identificação fiscal e a residência ou sede do requerente;
 - b) A qualidade em que requer;
 - c) A indicação exata do local pretendido para a publicidade;

- d) Descrição do meio ou suporte a utilizar;
- e) Indicação da inscrição ou difusão da mensagem publicitária;
- f) Período de utilização pretendido;
- g) A indicação do tipo de publicidade enquadrada nas definições constantes do artigo 3.º do presente Regulamento
- h) O nome do estabelecimento comercial e cópia do alvará de licença de utilização.

2 – Ao requerimento deve ser junto:

- a) Memória descritiva com indicação dos materiais, forma e cores;
- b) Desenho do meio ou suporte, com indicação da forma, dimensões, balanço de afixação e distâncias ao extremo do passeio respeitante;
- c) Fotografia a cores indicando o local previsto para a afixação, colada em folha A4;
- d) Planta de localização com indicação precisa do local previsto para a respetiva instalação, exceto se aquele for inequivocamente descrito por arruamento e número de polícia;
- e) Outros documentos que o requerente entenda esclarecerem a sua pretensão.

3 – Quando a implantação pretendida se situe em zonas de jurisdição de outras entidades ou zonas de proteção a monumentos nacionais e imóveis de interesses público, dos elementos referidos no número anterior, devem ser entregues tantas fotocópias quantas forem as entidades a consultar.

4 – Conjuntamente com o requerimento, deve ainda ser apresentado documento comprovativo de que o requerente é proprietário ou titular de outro direito sobre o bem ou bens onde pretende afixar, inscrever ou difundir a mensagem publicitária

5 – Se o requerente não for titular de qualquer dos direitos referidos no número anterior, ao pedido de licenciamento deve ser junta a autorização do proprietário do bem ou bens onde se pretende afixar, inscrever ou difundir a mensagem publicitária, bem como documento comprovativo dessa qualidade.

6 – Quando a mensagem publicitária se destine a ser afixada ou inscrita em prédio que esteja submetido ao regime de propriedade horizontal, deverá o requerente apresentar autorização da assembleia de condóminos.

7 – A autorização referida no número anterior não se aplica às frações autónomas destinadas ao comércio ou serviços, em que tal deliberação é dispensável, desde que os elementos publicitários sejam instalados na área correspondente ao estabelecimento.

Artigo 12.º

Elementos complementares

1 – Nos 15 dias seguintes à data da entrada do requerimento podem ser solicitados ao requerente a indicação e ou a apresentação de quaisquer outros elementos ou esclarecimentos necessários à apreciação do pedido.

2 – A falta de indicação e ou apresentação dos elementos ou esclarecimentos solicitados, no prazo de 15 dias, no âmbito do número anterior, implica o arquivamento do processo.

Artigo 13.º

Deficiência do requerimento inicial

1 – Se o requerimento e os respetivos elementos instrutores, apresentarem omissões ou deficiências, o requerente é notificado para suprir as omissões ou deficiências detetadas, no prazo de dez dias, a contar da data da receção da notificação, sob pena de rejeição liminar do pedido e respetivo arquivamento.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve o órgão administrativo procurar suprir oficiosamente as deficiências apresentadas, de modo a evitar que os interessados sofram prejuízos por virtude de simples irregularidade ou de mera imperfeição na formulação dos seus pedidos.

3 – A notificação referida no número anterior suspende os termos ulteriores do procedimento, e dela deve constar a menção de todos os elementos em falta ou a corrigir.

4 – Havendo rejeição do pedido, nos termos do presente artigo, o interessado que requeira novo licenciamento para o mesmo fim fica dispensado de apresentar os documentos utilizados no pedido anterior, que se mantenham válidos e adequados.

5 – Na ausência do despacho previsto no n.º 1, considera-se o pedido de licenciamento corretamente instruído.

Artigo 14.º

Prazo

1 – No prazo de 15 dias a contar da entrada nos serviços municipais do pedido de licenciamento, ou da correção ou da entrega do último elemento ou parecer solicitado, a Câmara Municipal proferirá decisão final sobre o pedido de licenciamento.

2 – A deliberação da Câmara Municipal deverá ser precedida de:

a) Parecer dos serviços técnicos;

b) Consulta às juntas de freguesia da área onde se pretende instalar ou afixar a publicidade.

Artigo 15.º

Pareceres

1 – Sempre que o local onde o requerente pretenda afixar ou inscrever a mensagem publicitária estiver sujeito a jurisdição de outras entidades, deve a Câmara Municipal, nos 5 dias seguintes à entrada do requerimento ou nos 5 dias seguintes à junção dos elementos complementares a que se refere o artigo 12.º do presente Regulamento ou nos 5 dias seguintes à correção das deficiências ou omissões a que se refere o artigo 13.º do presente Regulamento, conforme for o caso, solicitar parecer sobre o pedido de licenciamento.

2 – Salvo disposição legal em contrário, o parecer que se refere no número anterior não é vinculativo.

3 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Câmara Municipal pode, sempre que o julgar necessário para a tomada de decisão, solicitar pareceres às entidades que tiver por convenientes do ponto de vista dos interesses e valores a acautelar no licenciamento.

Artigo 16.º

Notificação da decisão

1 – A decisão sobre o pedido de licenciamento é notificada por escrito ao requerente, no prazo de 15 dias a contar da data da decisão final.

2 – No caso de deferimento deve incluir-se na respetiva notificação a indicação do local e do prazo para levantamento da licença e pagamento da taxa respetiva, conforme o n.º 2 do artigo 17.º do presente Regulamento.

Artigo 17.º

Deferimento

1 – Em caso de deferimento, o requerente deve proceder ao levantamento da licença e ao pagamento da respetiva taxa no prazo de trinta dias,

2 – Para os efeitos previstos no número anterior, será enviada notificação com indicação do local e do prazo para levantamento da licença e pagamento da taxa respetiva e com menção do disposto no número seguinte.

3 – A decisão que tenha deferido o pedido de licenciamento caduca se não for paga a taxa no prazo conferido.

4 – A licença deve sempre especificar as obrigações e condições a cumprir pelo seu titular, nomeadamente:

a) A identificação do requerente (nome ou denominação social do requerente consoante se trate de pessoa singular ou pessoa coletiva);

b) O objeto do pedido, nomeadamente, local e área;

c) A descrição dos elementos a utilizar;

d) O prazo de duração;

e) O prazo para renovação da licença,

f) O prazo para comunicar a não renovação

g) Obrigação de manter o meio ou suporte em boas condições de conservação, funcionamento e segurança;

5 – O titular só pode exercer os direitos que lhe são conferidos depois do pagamento da taxa respetiva.

Artigo 18.º

Indeferimento

1 – Constituem motivo de indeferimento do pedido de licenciamento a violação de disposições legais e regulamentares e/ou de normas técnicas gerais e específicas que sejam aplicáveis, bem como a verificação de impedimentos e proibições previstas neste e noutros regulamentos e diplomas legais aplicáveis.

2 – Previamente à decisão de indeferimento do pedido de licenciamento proceder-se-á audiência prévia dos interessados, de acordo com o disposto no Código do Procedimento Administrativo, devendo a respetiva deliberação ser sempre fundamentada de facto e de direito e comunicada ao requerente.

Artigo 19.º

Obrigações do titular da licença

1 - Constituem obrigações do titular da licença:

a) Cumprir as condições gerais ou especiais a que a licença está sujeita;

b) Manter o meio de suporte e a mensagem em boas condições de conservação, funcionamento e segurança;

c) Eliminar quaisquer danos em bens públicos resultantes da afixação ou inscrição da mensagem publicitária

d) Remover a mensagem publicitária e o respectivo suporte findo que seja o prazo da licença e não proceda ao pagamento da taxa para renovação da mesma devendo comunicar a remoção, por escrito, aos serviços camarários.

Artigo 20.º **Prazo de licença**

1 – A licença será atribuída até ao termo do ano civil a que reporta o licenciamento;

2 – A pedido do requerente pode a licença ser concedida por prazo inferior.

3 – As licenças requeridas para afixação, inscrição ou difusão de mensagem publicitária relativa a evento a ocorrer em data determinada caducam nessa data.

Artigo 21.º **Renovação da licença**

1 – O pedido de renovação da licença deve ser apresentado, por escrito, até ao termo do mês de fevereiro de cada ano civil.

2 – Em caso de deferimento, o requerente deve proceder ao pagamento da respetiva taxa no prazo de trinta dias.

3 – Para os efeitos previstos no número anterior, será enviada notificação com indicação do local e do prazo para pagamento da taxa respetiva, e com menção do disposto no número seguinte.

4 – A decisão que tenha deferido o pedido de renovação caduca se não for paga a taxa no prazo conferido.

5 – A licença pode ser renovada por período igual ou inferior àquele para que foi concedida.

6 – O pedido de renovação da licença pode ser indeferido nos termos dos artigos 18.º e 59.º do presente Regulamento.

Artigo 22.º **Revogação da licença**

A licença para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias pode ser revogada a todo o tempo pela Câmara Municipal sempre que:

- a) Situações excepcionais de imperioso interesse público, devidamente fundamentadas o exijam;
- b) O titular da licença não cumpra as normas legais ou regulamentares a que está sujeito, ou quaisquer obrigações a que se tenha vinculado em virtude do licenciamento, sem prejuízo da instauração de processo de contraordenação;
- c) O titular da licença proceda à substituição, alteração ou modificação da mensagem publicitária ou do suporte publicitário para a qual haja sido concedida a licença;
- d) O titular da licença não mantenha a mensagem publicitária ou o suporte publicitário em condições de segurança, de estética e de higiene.

Artigo 23.º

Caducidade da licença

A licença caduca decorrido o prazo para que foi concedida e nos casos em que não seja solicitada a sua renovação nos termos do presente Regulamento.

Artigo 24.º

Alteração da mensagem publicitária

Qualquer alteração da mensagem publicitária ou suporte publicitário cujo pedido de licenciamento tenha sido deferido pela Câmara Municipal implica novo pedido de licenciamento.

Artigo 25.º

Remoção dos suportes publicitários

1 – Em caso de caducidade ou de revogação da licença, bem como nos casos de indeferimento do pedido de renovação, deve o respetivo titular proceder à remoção dos suportes publicitários, no prazo de oito dias contados, respetivamente, da caducidade da licença ou da notificação do ato de revogação ou do ato de indeferimento do pedido de renovação.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior e sem prejuízo da instauração do processo de contraordenação, deve a Câmara Municipal ordenar a remoção do suporte publicitário sempre que se verifique qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) Afixação, inscrição ou difusão de publicidade sem prévio licenciamento ou em desconformidade com o estipulado neste Regulamento;

b) Desrespeito pelos termos da licença, nomeadamente alteração do meio difusor, do conteúdo da mensagem publicitária ou do material utilizado para a sua afixação ou inscrição.

3 – Para efeitos do número anterior deve a Câmara Municipal notificar o infrator, fixando-lhe o prazo de oito dias para proceder à remoção do suporte publicitário.

4 – Quando os titulares dos suportes não procederem à sua remoção voluntária no prazo indicado na notificação, caberá à Câmara Municipal proceder à sua remoção.

5 – Sempre que a Câmara Municipal proceda à remoção dos suportes publicitários, nos termos do presente artigo, o titular da licença ou o infrator é responsável pelo pagamento de todas as despesas ocasionadas.

6 – Para garantia da remoção da publicidade, a Câmara Municipal pode exigir o depósito de uma caução de valor pelo menos igual ao dobro da taxa, a prestar aquando do levantamento da licença e que será restituída após a verificação pelos serviços municipais competentes de que a remoção foi efetuada.

7 – No caso de meios ou suportes publicitários cuja gestão ou exploração caiba a agências de publicidade, é obrigatória a prestação da caução prevista no número anterior.

8 – A Câmara Municipal não poderá ser responsabilizada por eventuais danos que possam

9 - Nos casos em que o Município proceda à remoção dos elementos que ocupem abusivamente o espaço público, deverá ser elaborado relatório circunstanciado com a descrição dos elementos removidos, designadamente o estado de conservação dos mesmos, a sua identificação e respetiva quantidade, bem como registo fotográfico. Advir da remoção por si efetuada nos termos do presente artigo.

Artigo 26.º

Conservação

1 – Todos os suportes publicitários deverão permanecer em boas condições de conservação, podendo a Câmara Municipal, caso tal não se verifique, notificar o titular da licença para que execute os trabalhos necessários à sua conservação ou proceda à sua remoção.

2 – Se decorrido o prazo fixado na notificação referida no número anterior, o titular não tiver procedido à execução dos trabalhos que lhe tenham sido impostos ou removido o suporte publicitário, poderá a Câmara Municipal proceder à sua remoção, a expensas do titular da licença.

Artigo 27.º

Publicidade abusiva

1 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 25.º e 26.º do presente Regulamento e da eventual aplicação de coimas e sanções acessórias, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo pode, independentemente de prévia notificação, proceder à remoção de suportes publicitários sempre que tenha havido uma abusiva utilização do espaço público ou se verifique a existência de perigo evidente para as pessoas e bens.

2 – Os proprietários ou titulares de outros direitos sobre locais onde foram afixadas, inscritas ou difundidas mensagens publicitárias em violação do presente Regulamento, podem destruir, rasgar, apagar ou por qualquer forma inutilizar e remover os suportes utilizados.

Artigo 28.º

Depósito

1 – Caso a Câmara Municipal venha a proceder à remoção dos suportes publicitários, nos termos previstos nos artigos 25.º, 26.º e 27.º do presente Regulamento, os titulares serão notificados para, no prazo de 30 dias a contar dessa mesma notificação, efetuarem o seu levantamento.

2 – Se não procederem ao levantamento no referido prazo, ficarão sujeitos a uma indemnização diária a título de depósito, no montante de 1 euro (um euro) por dia ou fração, para além da aplicação da coima a que houver lugar e das eventuais sanções acessórias, devendo a notificação a que se refere o número anterior referir esta indemnização.

3 – No caso dos proprietários não procederem ao levantamento a que se referem os números anteriores no prazo de 30 dias, os suportes publicitários em causa considerar-se-ão perdidos a favor da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, devendo esta consequência constar da notificação prevista no n.º 1 do presente artigo.

CAPÍTULO III

Taxas

Artigo 29.º

Valor e Liquidação das Taxas

1 – Pela licença da publicidade ou sua renovação são devidas as taxas estabelecidas no Regulamento Municipal da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Viana do Alentejo.

2 – As taxas são liquidadas com o deferimento do pedido de licenciamento ou de renovação da licença.

3 – As taxas são pagas nos termos do n.º 1 do artigo 17.º e n.º 2 do artigo 21.º do presente Regulamento.

4 – O titular da licença só pode exercer os direitos que a mesma lhe confere depois de pagas as taxas que forem devidas.

CAPÍTULO IV

Suportes publicitários

SECÇÃO I

Chapas, placas, tabuletas, cavaletes, letras soltas ou símbolos, lona ou tela e painéis de azulejos

Artigo 30.º

Condições e restrições de aplicação de chapas, placas e tabuletas

1 – Em cada edifício, as chapas, placas ou tabuletas devem apresentar dimensão, cores, materiais e alinhamentos adequados à estética do edifício.

2 – A instalação das chapas deve fazer-se a uma distância mínima do solo compreendida entre 0,70m e 2,00m.

3 – A instalação de uma placa deve respeitar as seguintes condições:

- a) Não se sobrepor a gradeamentos ou zonas vazadas em varandas;
- b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas.

4 – As placas só podem ser instaladas a uma distância do solo igual ou superior a 2,00m.

5 – Não é permitida a instalação de mais de uma placa por cada fração autónoma, unidade suscetível de utilização independente ou fogo

6 – A instalação de uma tabuleta deve respeitar as seguintes condições:

- a) O limite inferior da tabuleta deve ficar a uma distância do solo igual ou superior a 2,40 m;
- b) Em todos os passeios, o balanço da tabuleta deverá deixar livre um espaço igual ou superior a 0,40 m em relação ao limite exterior do mesmo, exceto no caso de ruas sem passeios, em que o balanço não pode exceder 0,20 m;
- c) Deixar uma distância igual ou superior a 3 m entre tabuletas.

Artigo 31.º

Cavaletes

- 1 — Por cada estabelecimento é permitido apenas um cavalete publicitário.
- 2 — A instalação do cavalete deve respeitar as seguintes condições:
 - a) Ser instalado exclusivamente durante o período de funcionamento do estabelecimento;
 - b) Ser contíguo à fachada do estabelecimento, preferencialmente, junto à sua entrada;
 - c) Não exceder 1,00 m de avanço, contado a partir do plano da fachada do edifício;
 - d) Deixar livre um corredor no passeio, quando exista, com uma largura não inferior a 1,50 m.

Artigo 32.º

Condições de aplicação das letras soltas ou símbolos

- 1 - A aplicação de letras soltas ou símbolos deve respeitar as seguintes condições:
 - a) Não exceder 0,50 m de altura e 0,10 m de saliência;
 - b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas, sendo aplicados diretamente sobre o paramento das paredes;
 - c) Ter em atenção a forma e a escala, de modo a respeitar a integridade estética dos próprios edifícios

Artigo 33.º

Lona ou tela

- 1 - Só poderão ser colocadas lonas ou telas em empenas cegas de edifícios.
- 2 - A colocação deverá enquadrar -se na empena do edifício e, sempre que possível, centrada.
- 3 - Em qualquer situação a colocação não poderá por em causa a segurança do edifício.

4 - As lonas ou telas deverão ser aplicadas de forma a impedir o batimento na parede ocasionado pela sua oscilação.

Artigo 34.º **Painéis de azulejos**

1 - A aplicação de painéis de azulejos deve respeitar as seguintes condições:

- a) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas, sendo aplicados diretamente sobre o paramento das fachadas;
- b) Ter em atenção na aplicação da cor e forma, de modo a respeitar a integridade estética dos próprios edifícios.
- c) A pintura no painel de azulejos deverá ser representativa da insígnia do estabelecimento em causa ou da atividade nele desenvolvida e só pode ser inscrita nas fachadas ou empenas do próprio estabelecimento

2 – A instalação dos painéis de azulejos deve fazer-se a uma distância mínima do solo compreendida entre 0,70m e 2,40m.

3- Os painéis de azulejos deverão respeitar as seguintes dimensões:

- a) Largura entre um mínimo de 0,40 m e um máximo de 1,40 m;
- b) Altura entre um mínimo de 0,40 m e um máximo de 0,80 m.

SECÇÃO II **Painéis, mupis e semelhantes**

Artigo 35.º **Distâncias**

1 – Ao longo das vias com características rápidas, a distância entre suportes não poderá ser inferior a 1,50 m nem menos de 20 m do lancil, salvo no que se refere a objetos de publicidade colocados em construções existentes e, bem assim, quando os mesmos se destinem a identificar instalações públicas ou particulares.

2 - A distância entre a moldura dos painéis e o solo não pode ser inferior a 2,20 m.

Artigo 36.º **Dimensões**

1 – Os painéis devem ter no mínimo 2 m e no máximo 8 m de largura, por, no mínimo, 1 m, e, no máximo, 3 m de altura.

2 - Exceccionalmente podem ser licenciados painéis com outras dimensões, desde que o ambiente e a estética dos locais pretendidos não sejam postos em causa.

Artigo 37.º **Saliências**

Os painéis podem ter saliências parciais, desde que estas não ultrapassem, na sua totalidade:

- a) 1,00m para o exterior na área central e 1m² de superfície;
- b) 0,50 m de balanço em relação ao seu plano.

Artigo 38.º **Estruturas**

1 – A estrutura de suporte deve ser metálica na cor mais adequada ao ambiente e estética locais.

2 – Em caso algum a estrutura se pode manter no local sem a mensagem publicitária.

3 - Na estrutura deve ser afixado o número de ordem atribuído ao suporte e a identidade do titular, não podendo tal menção exceder as dimensões de 0,40 m por 0,20 m.

SECÇÃO III

**Cartaz, dístico ou semelhante, outdoors, pendões, publicidade direccional,
pintura mural, bandeiras e bandeirolas**

Artigo 39.º **Cartaz, dístico ou semelhante**

1 — Só poderão ser afixados cartazes, dísticos colantes ou semelhantes em locais do domínio privado ou do domínio público quando, respetivamente, autorizados pelos proprietários ou pelo Município.

2 — É expressamente interdita a publicidade com cartazes, afixados em mobiliário urbano, postes de infraestruturas públicas e árvores em espaços verdes municipais.

Artigo 40.º

Condições de instalação e manutenção de um *outdoor*

1 — São admitidos dois tipos de *outdoors*, em função da superfície da mensagem publicitária:

- a) *Outdoor* — com uma dimensão aproximada de 8 × 3 m;
- b) *Outdoor Mini* — com uma dimensão aproximada de 4 × 3 m.

2 — Excecionalmente podem ser licenciados painéis com outras dimensões, desde que não sejam postos em causa o ambiente e a estética dos locais pretendidos.

3 — A instalação de um *outdoor* deve cumprir as seguintes condições:

- a) Deve ter em conta o espaço urbano livre e edificado do local pretendido para a sua instalação e não condicionar ou impedir a visibilidade de automobilistas e peões.
- b) O painel deve conter a identificação da entidade responsável em local facilmente visível;
- c) A estrutura de um *outdoor* deve apresentar materiais com acabamento e cor adequados aos locais e espaços urbanos onde sejam instalados;
- d) Deve ser assente em estrutura devidamente calculada e fixa ao solo através de fundação, devendo ser salvaguardada uma distância livre não inferior a 2 m, medida em toda a largura do painel, entre a face inferior deste e o solo, a partir do ponto mais alto do terreno;
- e) Admite-se a instalação em proximidade de dois ou mais suportes, devendo entre eles ser salvaguardado um afastamento com o mínimo de 5 m;
- f) O afastamento, medido na horizontal, entre o rebordo lateral do painel mais próximo da via e o limite do passeio ou da berma, não deve ultrapassar 0,50 m;
- g) A instalação em propriedade privada deve ser precedida de consentimento escrito dos proprietários;
- h) Após a remoção do mesmo é da responsabilidade do titular, o restabelecimento das condições iniciais do terreno, incluindo a remoção de eventuais fundações e adequado enchimento dos caboucos resultantes.

4 — A instalação de *outdoors* é proibida fora dos perímetros urbanos do concelho, e em áreas classificadas e de proteção e salvaguarda do concelho e nos locais em que possam prejudicar as vistas panorâmicas sobre os edifícios históricos.

Artigo 41.º
Condições de afixação e remoção de pendões

1 — É proibida a utilização de pendões como forma de suporte publicitário, por empresas ou particulares.

2 — Exceccionalmente, poderá admitir-se a referida afixação para a divulgação de eventos de curta duração e de índole cultural ou social, sem prejuízo das condições descritas no presente Regulamento.

3 — A colocação de faixas, pendões e outros semelhantes, não poderá constituir perigo para a circulação pedonal e rodoviária, devendo a distância entre a parte inferior e o solo ser, no mínimo de 2,40 m e a sua instalação não coloque em perigo a estabilidade dos respetivos suportes.

4 — Caso a afixação de pendões seja feita a partir de postes de infraestruturas públicas ou mobiliário urbano municipal, o seu licenciamento dependerá da autorização das entidades públicas responsáveis por esse equipamento.

Artigo 42.º
Publicidade direccional

A instalação de um suporte publicitário direccional é admitida junto a vias de aproximação a estabelecimentos de comércio e serviços nas seguintes condições:

a) Os suportes não podem condicionar ou impedir a visibilidade de automobilistas e peões.

b) As mensagens publicitárias inscritas nestes suportes não devem conter formatos, cores, imagens ou dizeres que se possam confundir com os sinais de trânsito ou ainda perturbar a atenção dos condutores;

c) O suporte deve ser constituído por um único elemento vertical fixo ao solo e podem compreender até ao máximo de 6 mensagens distintas relativas a vários estabelecimentos;

d) Deve ser garantida uma altura livre mínima de 0,70 m entre o solo e a face inferior da saliência do suporte mais baixa;

e) Deve ainda ser garantido uma distância superior a 0,40 m, entre o lancil do passeio e o limite lateral das mensagens até à via, para circulação automóvel;

g) O suporte deve em material rígido, não excedendo 1,20 m de comprimento, 0,50m de altura e 0,05m de saliência.

Artigo 43.º
Pintura mural

- 1 — Este tipo de publicidade apenas poderá ocorrer nos perímetros urbanos.
- 2 — É interdita a execução de pintura mural em imóveis classificados ou em vias de classificação, e nas respetivas áreas de proteção.
- 3 — A pintura a executar deverá ser representativa da insígnia do estabelecimento em causa ou da atividade nele desenvolvida e só pode ser inscrita nas fachadas ou empenas do próprio estabelecimento.
- 4 — Os caracteres da mensagem publicitária a incluir não poderão ocupar no total dimensão superior a 4 metros, nem letras com altura superior a 0,50 metros.

Artigo 44.º
Bandeiras e Bandeiras

- 1 — As bandeiras e bandeiras só poderão ser colocadas em posição perpendicular à via pública e deverão permanecer oscilantes.
- 2 — A distância entre a parte inferior das bandeiras e bandeiras e o solo não poderá ser inferior a 2,40 metros.
- 3 — A distância entre bandeiras e/ou bandeiras na mesma via não poderá ser inferior a 25 metros.
- 4 — A distância entre o bordo exterior de cada bandeira ou bandeira e o imóvel mais próximo não poderá ser inferior a 3 metros.
- 5 — A colocação de bandeiras fica confinada à instalação dentro da propriedade onde se localiza o estabelecimento, sendo que, no entanto e excecionalmente, poderá ser admitida no espaço público no caso de eventos efémeros promovidos por entidades de índole cultural e social.
- 6 — As bandeiras e bandeiras deverão respeitar as seguintes dimensões:
 - a) Largura entre um mínimo de 0,60 metros e um máximo de 0,80 metros;
 - b) Altura entre um mínimo de 1 metro e um máximo de 1,40 metros.

SECÇÃO IV
Anúncios ou reclamos luminosos, iluminados e semelhantes

Artigo 45.º
Condições de instalação de anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes

1 – Os anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes devem ser colocados nas fachadas e respeitar as seguintes condições:

- a) Em todos os passeios, o balanço deverá deixar livre um espaço igual ou superior a 0,40 m em relação ao limite exterior do mesmo, exceto no caso de ruas sem passeios, em que o balanço não pode exceder 0,20 m;
- b) A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 2,40 m nem superior a 4 m.

2 – As estruturas dos anúncios luminosos, iluminados, sistemas eletrónicos ou semelhantes instalados nas fachadas de edifícios e em espaço público devem ficar, tanto quanto possível, encobertas e ser pintadas com a cor que lhes dê o menor destaque.

SECÇÃO V
Unidades móveis publicitárias, veículos automóveis e outros meios de locomoção

Artigo 46.º
Licenciamento

1 – A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em veículos automóveis, transportes públicos, táxis e outros meios de locomoção terrestres ou aéreos que circulem na área do Município de Viana do Alentejo carece de prévio licenciamento da Câmara Municipal, sempre que o proprietário ou possuidor do veículo aqui tenha residência, sede, delegação ou qualquer outra forma de representação, sem prejuízo do disposto na alínea e) do n.º 4 do artigo 2.º do presente Regulamento e do disposto no artigo 50.º do presente Regulamento.

2 - A atividade publicitária em veículos que não lhe estejam primordialmente afetos e que se destine a ser produzida em vários concelhos não está sujeita a licenciamento pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo se estiver licenciada por outro município e o titular do veículo tiver a sua residência, sede ou representação fora do Município de Viana do Alentejo.

Artigo 47.º
Limite

As unidades móveis publicitárias não poderão fazer uso de material sonoro violando o disposto na legislação aplicável a atividades ruidosas.

Artigo 48.º
Autorização e seguro

1 – Sempre que o suporte utilizado exceda as dimensões do veículo ou ponha em causa a sua segurança, deve ser obrigatoriamente junto ao requerimento inicial a que se refere o artigo 11.º uma autorização emitida pela entidade competente.

2 – Após o deferimento do pedido, o levantamento da licença será condicionado à entrega do contrato de seguro de responsabilidade civil.

SECÇÃO VI
Blimps, balões, zeplins, tarjas e semelhantes no ar

Artigo 49.º
Servidões militares ou aeronáuticas

Não pode ser licenciada a afixação de mensagens publicitárias em meios ou suportes aéreos, blimps, balões, zeplins ou semelhantes sem prévia e expressa autorização das entidades com jurisdição sobre o espaço aéreo que se pretende atravessar na difusão da mensagem publicitária.

Artigo 50.º
Seguro

1 – Após o deferimento do pedido, o levantamento da licença será condicionado à entrega do contrato de seguro de responsabilidade civil.

SECÇÃO VII
Outros suportes publicitários colocados/afixados nas fachadas e nas empenas

Artigo 51.º
Outros suportes publicitários colocados/afixados nas fachadas e nas empenas

Os outros suportes publicitários colocados/afixados nas fachadas e em empenas deverão cumprir as seguintes condições:

- a) serem somente fixados no respetivo estabelecimento;
- b) devem integrar-se harmoniosamente na arquitetura do imóvel e paisagem envolvente, considerando como aspetos essenciais na sua composição, escala, forma e cor do suporte e da mensagem;
- c) as mensagens publicitárias e os respetivos suportes não podem exceder os limites físicos das empenas e das fachadas onde se encontrem afixadas;
- d) A distância entre o solo e a parte inferior do suporte não pode ser menor do que 2,00 m;
- e) A saliência do suporte não pode exceder 0,30 m;
- f) não poderá obstruir o campo visual envolvente, tanto no que se refere a elementos naturais como construídos.

SECÇÃO VIII

Campanhas publicitárias de rua

Artigo 52.º

Campanhas publicitárias de rua

As campanhas publicitárias de rua estão sujeitas a licenciamento, respeitando as seguintes condições:

- a) Não podem prejudicar o ambiente e a estética dos respetivos locais;
- b) A distribuição de panfletos, bens, produtos ou outros só é autorizada quando realizada em mão, aos peões, e sem prejudicar a sua circulação, sendo interdita a distribuição nas faixas de circulação rodoviária;
- c) A distribuição não pode ser efetuada por arremesso;
- d) Salvo casos excecionais, o período máximo autorizado para cada campanha de distribuição é de cinco dias, não prorrogável;
- e) É obrigatória a remoção de todos os panfletos, invólucros de produtos ou quaisquer outros resíduos resultantes de cada campanha pelo que, no final de cada dia e de cada campanha, não poderão existir, no espaço publico, quaisquer vestígios da ação publicitária desenvolvida.

CAPÍTULO V

Critérios definidos por outras entidades a observar na afixação e inscrição de mensagens publicitárias abrangidas pelo n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto

Artigo 53.º

Critérios definidos pela Estradas de Portugal S.A. (EP)

1 – A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias na proximidade da rede de estradas nacionais e regionais abrangidas pelo n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, e ulteriores alterações, deve obedecer, ainda, aos seguintes critérios:

- a) A mensagem ou os seus suportes não poderão ocupar a zona da estrada que constitui domínio público rodoviário do Estado;
- b) A ocupação temporária da zona da estrada para instalação ou manutenção das mensagens ou dos seus suportes está sujeita ao prévio licenciamento da Estradas de Portugal S.A. (EP);
- c) A mensagem ou os seus suportes não deverão interferir com as normais condições de visibilidade da estrada e/ou com os equipamentos de sinalização e segurança;
- d) A mensagem ou os seus suportes não deverão constituir obstáculos rígidos em locais que se encontrem na direção expectável de despiste de veículos;
- e) A mensagem ou os seus suportes não deverão possuir qualquer fonte de iluminação direcionada para a estrada capaz de provocar encadeamento;
- f) A luminosidade das mensagens publicitárias não deverá ultrapassar as quatro candelas por m²;
- g) Não deverão ser inscritas ou afixadas quaisquer mensagens nos equipamentos de sinalização e segurança da estrada;
- h) A afixação ou inscrição das mensagens publicitárias não poderá obstruir os órgãos de drenagem ou condicionar de qualquer forma o livre escoamento das águas pluviais;
- i) Deverá ser garantida a circulação de peões em segurança, nomeadamente os de mobilidade reduzida, para tal, a zona de circulação pedonal, livre de qualquer mensagem ou suporte publicitário, não deverá ser inferior a 1,5 m.

Artigo 54.º

Critérios definidos pela Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (REFER)

A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias na área de jurisdição da entidade responsável pela rede ferroviária abrangidas pelo n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, e ulteriores alterações, deve obedecer, ainda, aos seguintes critérios:

- a) A afixação ou inscrição de qualquer mensagem publicitária dentro de espaço do domínio público ferroviário carece de autorização formal por parte da Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (REFER);

b) De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 276/2003, em prédios confinantes ou vizinhos das linhas férreas ou ramais ou de outras instalações ferroviárias é proibido utilizar elementos luminosos ou refletores que, pela sua cor, natureza ou intensidade, possam prejudicar ou dificultar a observação da sinalização ferroviária ou da própria via ou, ainda, assemelhar-se a esta de tal forma que possa produzir perigo para a circulação ferroviária;

c) Por questões de segurança das circulações e da infraestrutura ferroviária (n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 276/2003) não poderá ser efetuada a afixação de mensagens publicitárias sem autorização expressa da REFER (nomeadamente com altura superior a 1,8 metros), em zonas próximas da via-férrea (faixa mínima de 10 metros, de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/2003);

d) De acordo com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 568/99, a fim de assegurar a manutenção das condições de visibilidade mínima junto às passagens de nível, os proprietários ou possuidores dos terrenos não podem praticar quaisquer atos que prejudiquem a visibilidade sem que a entidade gestora da infraestrutura ferroviária dê parecer favorável.

CAPÍTULO VI

Regime Contra-ordenacional

Artigo 55º

Contraordenações

1 – Constitui contraordenação punível com coima a violação de quaisquer normas constantes do presente Regulamento.

2 – Quem der causa à contraordenação e os respetivos agentes são solidariamente responsáveis pela reparação dos prejuízos causados a terceiros.

3 – A negligência é punível.

4 - À determinação da coima e das sanções acessórias e às regras do processo aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, e ulteriores alterações.

5 – A instauração dos processos de contraordenação, a nomeação do instrutor, a aplicação das coimas e sanções acessórias compete ao Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos Vereadores, revertendo para a mesma o respetivo produto.

Artigo 56º

Coimas

1 – A afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias em contravenção ao disposto no presente Regulamento, designadamente perante a ausência da respetiva licença municipal, é punível com coima cujo montante mínimo aplicável às pessoas singulares é de 3,74 euros e o máximo de 3 740,98 euros.

2 – O montante mínimo da coima aplicável às pessoas coletivas é de 3,74 euros e o máximo é de 44 891,81 euros.

3 – Em casos de negligência, os montantes máximos previstos nos números anteriores são, respetivamente, de 1 870,49 euros e de 22 445,91 euros.

4 – A determinação da medida concreta da coima far-se-á em função da gravidade objetiva da contraordenação e da culpa do agente, devendo, ainda, ter-se em consideração a situação económica do agente, o benefício obtido pela prática da infração e a existência ou não de reincidência.

Artigo 57.º **Fiscalização**

1 – Sem prejuízo da competência atribuída por lei a outras entidades, nomeadamente à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica nos termos do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, incumbe aos serviços municipais competentes a fiscalização do disposto no presente Regulamento.

CAPÍTULO VII **Disposições finais e transitórias**

Artigo 58.º **Contagem de prazos**

1 - Todos os prazos fixados no presente Regulamento contam-se nos termos previstos no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 59.º **Regime transitório**

1 - Permanecem válidas até ao termo do período para que foram concedidas, mas não podem ser renovadas, as licenças relativas a afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias que, a partir da data de produção de efeitos deste Regulamento, não estejam conforme as disposições e princípios aqui contidos.

Artigo 60.º

Casos Omissos

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste Regulamento, regem as disposições legais aplicáveis.

2 - As dúvidas que surjam na aplicação do presente Regulamento são resolvidas mediante deliberação da Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

Artigo 61.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento considera-se revogada toda a regulamentação referente a matéria que contenha disposições em contrário.

Artigo 62.º

Produção de efeitos

1 –O presente Regulamento apenas produzirá efeitos quando as correspondentes funcionalidades do “Balcão do Empreendedor” estiverem em pleno funcionamento, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do presente artigo e de acordo com as regras de produção de efeitos do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 4 de abril, legalmente definidas.

2 – Até à produção dos efeitos a que se refere o n.º1, aplicar-se-ão as disposições contidas na regulamentação que ora se revoga e que têm vindo a ser aplicadas.

3 – Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, os critérios constantes do presente Regulamento apenas produzem efeitos depois de estarem disponíveis para consulta no “Balcão do Empreendedor”.

Artigo 63.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicitação, nos termos legais.

APROVAÇÕES:

- Câmara Municipal 26 de setembro de 2012
- Assembleia Municipal 27 de setembro de 2012

PUBLICITAÇÕES:

- Em edital de 2 de outubro de 2012
- Na Página Eletrônica do Município 2 de outubro de 2012